

# Governo entregou Plano e Orçamento ao parlamento

O Governo dos Açores (PSD/CDS-PP/PPM) entregou ontem no parlamento regional a proposta de Plano Anual e de Orçamento para 2025, que atinge o valor de 1.913 milhões de euros.

O secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, Duarte Freitas, entregou a proposta de Plano Anual e de Orçamento Regional para 2025 ao presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Luís Garcia, na cidade da Horta, na ilha do Faial.

O Orçamento dos Açores para 2025, que define as linhas estratégicas do executivo de coligação para o próximo ano, atinge os 1.913 milhões de euros, enquanto o Plano regional é de 818 milhões, anunciou em 30 de Setembro o secretário regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades, Paulo Estêvão.

A proposta de Orçamento para 2025 é ligeiramente inferior ao Orçamento de 2024, aprovado em maio, que contempla um valor de 2.045,5 milhões de euros, semelhante ao apresentado em outubro de 2023 (2.036,7 milhões).

O Plano e Orçamento dos Açores para 2024 foram aprovados por maioria na Assembleia Regional com 31 votos a favor de PSD, CDS-PP, PPM e Chega, 25 abstenções de PS, IL e PAN e um voto contra do BE.

O debate e votação das propostas de Plano e Orçamento para 2025 vai decorrer entre 25 e 29 de Novembro.

O PS (o maior partido da oposição) e o Chega já demonstraram abertura para aprovar os documentos elaborados pelo executivo de coligação para o próximo ano.

O presidente do PS/Açores, Francisco César, manifestou disponibilidade

do partido para viabilizar o Orçamento Regional, mas caso seja possível chegar a um conjunto de entendimentos em 11 pontos.

O líder do Chega/Açores, José Pacheco, afirmou que o partido não pretende criar instabilidade no arquipélago, admitindo viabilizar o orçamento regional em prol da "responsabilidade".

O novo governo de coligação PSD, CDS-PP e PPM, saído das eleições legislativas antecipadas de 04 de Fevereiro, governa a região sem maioria absoluta no parlamento açoriano e, por isso, necessita de negociar o apoio de alguns partidos com assento parlamentar para aprovar as suas propostas.

O Programa do Governo foi aprovado em março no parlamento, com os votos favoráveis dos três partidos que formam o executivo, a abstenção de Chega, IL e PAN e os votos contra do PS e do BE.



# Carlos da Londrina: 50 anos de serviço em P. Delgada com livro e festa



"Cinquenta anos de dedicação à Londrina" é o mote para a celebração de meio século de trabalho do empresário Carlos Sá naquela conhecida empresa de pronto-a-vestir do comércio tradicional do centro de Ponta Delgada.

Empresa e Amigos juntam-se para marcar a data que ocorre Sábado, dia 2 de Novembro, e que será assinalada com uma acção de animação musical e cultural, a partir das dez horas, no Largo Vasco Bensaúde, onde se situa a Londrina, conhecida, desde há muitos anos, pelo dedicação e pioneirismo de Carlos Manuel Botelho de Oliveira Sá.

A animação musical está a cargo do Grupo Folclórico de São Miguel, de que Carlos Sá faz parte e do qual é um conhecido animador, a cuja actuação se seguirá a apresentação de um livro dedicado à história dos 50 anos de vida profissional de Carlos Sá, da autoria de Carlos Augusto Corvelo César.

A obra, numa edição da Londrina, que será apresentada pelo jornalista Santos Narciso, inclui elementos históricos da própria empresa, criada em 1942, diversos testemunhos de clientes e empresários, amigos de Carlos Sá, para além de uma vasta recolha de

entrevistas e reportagens que incluem praticamente todos os jornais da ilha de São Miguel sobre diversos momentos da vida comercial e da visão profissional e de cidadão de Carlos Sá, terminando com um notável acervo fotográfico.

A receita da venda deste livro reverterá a favor da Casa do Gaiato de Ponta Delgada, de que Carlos Sá é admirador.

Se o tempo permitir, será o momento de homenagem a uma popular figura do comércio tradicional desde há 50 anos e um momento de animação no centro histórico de Ponta Delgada para o qual estão convidadas todas as pessoas.

# Laborinho Lúcio será Doutor Honoris Causa pela Universidade dos Açores

A Universidade dos Açores decidiu atribuir ao juiz conselheiro Álvaro Laborinho Lúcio, antigo Ministro da República para os Açores, o título de Doutor Honoris Causa em Humanidades.

A cerimónia terá lugar no dia 20 de Novembro, pelas 15h, na Aula magna da Universidade dos Açores, em Ponta Delgada, iniciando-se com um cortejo académico às 14h45m.

Na Aula magna haverá um momento musical, seguindo-se a intervenção da Reitora da UAç, o elogio do distinguido pelo padrinho Avelino Freitas Meneses, professor catedrático da Universidade dos Açores, imposição das insígnias doutorais e intervenção de Laborinho Lúcio.

Seguir-se-á a leitura e assinatura da acta de outorga do título, um novo momento musical e, pelas 16h30m, inauguração da Galeria Honoris Causa,



terminando pelas 17h com a sessão de cumprimentos.

Álvaro Laborinho Lúcio, mestre em Ciências Jurídico-Civílicas pela Fa-

culdade de Direito da Universidade de Coimbra e magistrado de carreira, é juiz-conselheiro jubilado do Supremo Tribunal de Justiça.

De janeiro de 1990 a abril de 1996, exerceu, sucessivamente, as funções de secretário de Estado da Administração Judiciária, ministro da Justiça e deputado à Assembleia da República.

Entre março de 2003 e Março de 2006, ocupou o cargo de ministro da República para a Região Autónoma dos Açores.

Com intensa atividade cívica, é membro dirigente de várias associações, entre as quais se destacam a APAV e a CRES-CER-SER, de que é sócio fundador.

Com artigos publicados e inúmeras palestras proferidas sobre temas ligados à justiça, ao direito, à educação, aos direitos humanos e à cidadania em geral, é autor de livros como A Justiça e os Jus-

tos, Palácio da Justiça, Educação, Arte e Cidadania, O Julgamento.

Agraciado pelo rei de Espanha, com a Grã-Cruz da Ordem de S. Raimundo de Peñafort, e pelo presidente da República Portuguesa, com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo, é membro da Academia Internacional da Cultura Portuguesa e doutor honoris causa pela Universidade do Minho.

Em 2014 publicou O Chamador, seu primeiro livro de ficção, em 2016 o romance O Homem Que Escrevia Azulejos (finalista do Prémio Fernando Namora 2017), em 2019 O Beco da Liberdade (semifinalista do Prémio Oceanos 2020), e em 2022 As Sombras de Uma Azinheira, todos na Quetzal.

Em 2023, a Assembleia da República atribuiu-lhe a Medalha de Ouro Comemorativa do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.